

Exma. Senhora Presidente

da Comissão Parlamentar de Saúde

Deputada Maria Antónia Almeida Santos

S. Bento, 19 de fevereiro de 2020

Assunto: Audição, com carácter de urgência, ao Diretor do Programa para a Área da Saúde Mental, Professor Doutor Fernando Miguel Teixeira Xavier e do membro do Governo responsável pela área da Saúde Mental.

O Plano Nacional de Saúde Mental, desde a sua criação, em 2008, tem sido vítima de uma política de inação. Há época, aquando da sua criação nada podia fazer prever que, volvidos 12 anos, ainda poucas metas tivessem sido cruzadas.

Durante o governo PSD-CDS-PP, houve uma interrupção resultante dos cortes orçamentais em saúde e da extinção, em 2011, da Coordenação Nacional de Saúde Mental, tendo sido o plano retomado apenas em 2017.

O retomar do Plano, em 2017, trouxe consigo uma extensão até 2020. O Plano Nacional de Saúde Mental 2017-2020 identificou os obstáculos e, em linha com o trabalho até então feito, definiu como metas de saúde até 2020, o aumento em 25% do registo das perturbações mentais nos Cuidados de Saúde Primários; a inversão da tendência da prescrição de benzodiazepinas na população através da sua estabilização; o apoio à criação de 1500 lugares para adulto e 500 para crianças/adolescentes em Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental e o aumento em 30% do número de ações no âmbito dos programas de promoção da saúde mental e de prevenção das doenças mentais, desenvolvidos pelo PNSM.

Ao longo dos últimos anos o Bloco de Esquerda tem proposto uma série de medidas que efetivavam as metas definidas e cumpriam com o Plano Nacional de Saúde Mental. Ainda no Orçamento do Estado para 2020, o Bloco de Esquerda apresentou uma série de medidas, que foram aprovadas, mas não cumpridas. Entre elas constavam a criação de mais equipas comunitárias de Saúde Mental, a criação de programas para a ansiedade e depressão nos Cuidados de Saúde Primários, o internamento psiquiátrico em todos os hospitais gerais e a dispensa gratuita de antipsicóticos.

Contudo, nenhuma destas propostas foi adotada pelo Governo e, perante esta inação, chegamos a 2021 e o país nem concretizou a maior parte das metas previstas num Plano Nacional que se arrasta há vários anos, nem tem, neste momento, um Plano Nacional de Saúde Mental ou metas definidas para o futuro. Isto porque o Plano Nacional tinha uma vigência até final de 2020, logo, neste momento o que existe é um vazio e uma indefinição.

Esta situação é preocupante. Primeiro porque o país e os Governos não podem continuar a ignorar ou a negligenciar a área da saúde mental; segundo, porque é por demais evidente que a pandemia está a produzir e produzirá no futuro enormes impactos na saúde mental dos indivíduos e da população, pelo que é preciso ter já um plano específico para estas situações. O impacto dos confinamentos, a solidão e a ansiedade generalizada vão ter reflexos nas questões da saúde mental, pelo que, no nosso entender, justificam uma ação célere para que possam ser encontradas respostas a um problema que tarda em ser resolvido.

Consideramos, por tudo o que se expôs, ser da maior urgência ouvir o Diretor do Programa Nacional para a Área da Saúde Mental, assim como o Governo sobre estes dois assuntos: o futuro do Plano Nacional e as metas a traçar e medidas específicas para responder aos impactos que a pandemia está a ter na saúde mental.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, com carácter de urgência, a audição Diretor do Programa para a Área da Saúde Mental, Professor Doutor Fernando Miguel Teixeira Xavier, e de um membro do Governo responsável pela área da Saúde Mental.

O Deputado do Bloco de Esquerda,

Moisés Ferreira

José Manuel Pureza